VERSÃO A



PARTE II - Duração: 2 horas

Estas questões são independentes do texto apresentado na PARTE I

QUESTÕES DE FISCALIDADE

Questão 26.:

Em dezembro de 2019, por motivos de saúde, Dionísio deixou de ser comerciante de peças automóveis, após ceder a Paulo, pelo período de 5 anos, a exploração do seu estabelecimento comercial, mediante pagamento de uma renda mensal de 1 000 EUR. O rendimento mensal auferido por Dionísio pela referida cedência qualifica-se, para efeitos de IRS, como:

- a) Uma mais-valia, tributada em sede da categoria G.
- b) Rendimentos de capitais, tributados em sede da categoria E.
- c) Um rendimento empresarial, tributado em sede da categoria B.
- d) Uma pensão vitalícia, tributada em sede da categoria H.

Questão 27.:

O Sr. João Aniceto é contabilista certificado (trabalhador independente) desde 2014, enquadrado, para efeitos de IRS, no regime simplificado de tributação, com residência fiscal no Porto, cujo imóvel do qual é proprietário, é, simultaneamente, utilizado para o seu escritório. Foram apurados os seguintes elementos, relacionados com o exercício da referida atividade, ao longo do ano de 2019:

- Rendimentos provenientes exclusivamente da atividade: 40 000 EUR.
- Despesas parcialmente afetas à atividade e como tal comunicadas no Portal das Finanças (água, luz e comunicações): 1 000 EUR.
- Valor Patrimonial Tributário do referido imóvel: 100 000 EUR.

Face ao exposto, o rendimento líquido respeitante à referida atividade que deveria ser englobado no exercício de 2019, para efeitos de IRS, é de:

- a) 30 000 EUR.
- b) 31 271 EUR.
- c) 30 396 EUR.
- d) Nenhuma das anteriores.

Questão 28.:

António Araújo, enquadrado no regime simplificado de tributação para efeitos de IRS, tem o seu domicílio fiscal na Guarda e exerce, a título principal, a atividade de mediador de seguros, isenta de IVA nos termos do art.º 9.º do respetivo Código.

António Araújo é ainda consultor para a área da gestão, pelo que poderá beneficiar, simultaneamente, do regime de isenção do IVA do art.º 9.º (pela atividade de mediador de seguros) e do regime de isenção do IVA do art.º 53.º (pela atividade de consultor), devendo para tal ter por referência:

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o art.º 31.º do Estatuto da OCC)

07 março 2020

VERSÃO A



- a) O volume de negócios agregado de ambas as atividades.
- b) Apenas o volume de negócios respeitante à atividade de mediador de seguros.
- c) Apenas o volume de negócios respeitante à atividade de consultor.
- d) Em nenhuma circunstância é possível um sujeito passivo de IVA beneficiar, simultaneamente, do regime de isenção do art.º 9.º e do regime de isenção do art.º 53.º, ambos do Código do IVA.

Questão 29.:

AAA, Lda. e BBB, Lda., ambas com sede em Lisboa, são, desde a sua constituição e em partes iguais, as únicas sócias da sociedade comercial por quotas CCC, Lda., com sede em Coimbra, que tem um imóvel, sito naquela cidade, prédio urbano industrial, registado no seu ativo, mensurado pelo valor líquido contabilístico de 500 000 EUR e com o VPT de 800 000 EUR. AAA, Lda. adquiriu este mês, onerosamente, a quota a BBB, Lda., por 1 000 000 EUR.

O valor do IMT devido pela referida transmissão é de:

- a) 65 000 EUR.
- b) 32 500 EUR.
- c) 52 000 EUR.
- d) 26 000 EUR.

Questão 30.:

Para determinação do rendimento coletável em IRS podem não ser englobados os seguintes rendimentos obtidos por um sujeito passivo residente, pagos por entidades com sede em Portugal:

- a) Os juros de suprimentos efetuados a uma sociedade por quotas.
- b) Os juros de um depósito a prazo pagos por um Banco.
- c) Os dividendos distribuídos por uma sociedade anónima.
- d) Todos os rendimentos referidos nas alíneas anteriores.

Questão 31.:

O resultado líquido negativo da categoria F obtido em 2019 por um sujeito passivo de IRS residente em Portugal:

- a) Pode ser deduzido aos resultados positivos de qualquer categoria de rendimentos até 2025.
- b) Pode ser deduzido aos resultados líquidos positivos de qualquer categoria de rendimentos obtidos no ano de 2019.
- c) Só pode ser deduzido aos resultados positivos da mesma categoria em qualquer um dos anos seguintes, até ao montante de 70% do respetivo resultado positivo.
- d) Nenhuma das anteriores.

(A que se refere o art.º 31.º do Estatuto da OCC)

07 março 2020

VERSÃO A



QUESTÕES DE CONTABILIDADE ANALÍTICA

Questão 32.:

O conhecimento e a classificação dos custos de acordo com a sua origem são fundamentais no âmbito da Contabilidade Analítica. Os custos, quanto à identificação com o objeto de custeio, classificam-se em:

- a) Relevantes e não relevantes.
- b) Diretos e indiretos.
- c) Fixos e variáveis.
- d) Controláveis e não controláveis.

Questão 33.:

Determinada empresa transforma a Matéria Prima 1 (MP1), utilizando Mão-de-Obra e Gastos Gerais de Fabrico, em Produto Acabado 1 (PA1).

No dia 1 de abril de 2019, a empresa não possuía nenhuma unidade de MP1 em inventário e apenas efetuou as duas compras seguintes de MP1 em abril:

- no dia 11 comprou 1 000 unidades de MP1 a 10 EUR cada;
- no dia 25 comprou 850 unidades de MP1 a 10 EUR cada.

Ao calcular o custo do consumo da MP1, no mês de abril de 2019, utilizando a fórmula de custeio FIFO (*First In, First Out*), a empresa obteve o valor de 14 500 EUR. Em alternativa, se a empresa utilizasse a fórmula de custeio Custo Médio Ponderado, o valor do consumo de MP1 seria:

- a) Superior.
- b) Inferior.
- c) Igual.
- d) Qualquer uma das alíneas anteriores será válida, dependendo da existência de Inventários Finais de MP1.

Questão 34.:

A empresa P&P Equivalente, Lda produziu em determinado período 42 000 unidades acabadas e registou de Inventários Finais de Produtos em Curso de Fabrico 42 000 unidades, com grau de acabamento de 60% da matéria-prima (MP) e 80% dos Custos de Conversão ou Transformação (CT).

Os Inventários Iniciais de Produtos em Curso de Fabrico ascenderam a 42 000 unidades, com grau de acabamento de 30% da MP, no valor de 168 840 EUR, e 60% dos CT, no valor de 231 840 EUR.

Sabendo que a empresa, no período, consumiu 764 400 EUR de MP e 483 840 EUR de CT, e utilizou a fórmula de custeio FIFO (*First In, First Out*), o Custo Industrial dos Produtos Acabados (CIPA) ascendeu a:

- a) 675 360 EUR.
- b) 973 560 EUR.
- c) 991 200 EUR.
- d) 1 248 240 EUR.

(A que se refere o art.º 31.º do Estatuto da OCC)

07 março 2020

VERSÃO A



Questão 35.:

A empresa P&P Conjunta, Lda. obtém em regime de produção conjunta os produtos principais PP1 e PP2, o subproduto S e o resíduo R. Enquanto que o PP1, PP2 e S são vendidos, sendo para tal necessário suportar custos de distribuição variáveis de 8% do volume de vendas, o R é obrigatoriamente destruído.

No período N, os custos conjuntos de produção ascenderam a 300 000 EUR, os custos de destruição das 10 toneladas do R ascenderam a 4 000 EUR e foram pagas rendas no valor 10 000 EUR pelo arrendamento do imóvel onde está situada a administração, a fábrica e o *showroom*.

Durante o período N, a empresa vendeu 10 toneladas de S ao preço de 0,60 EUR por Kg e registou 40 toneladas de inventários finais de S. No início do período N não existiam inventários de qualquer tipo.

Sabendo que a empresa reparte os custos conjuntos em função do valor de venda relativo no ponto de separação e valoriza o subproduto pelo critério do lucro nulo, o valor dos custos conjuntos a repartir pelos produtos principais foi de:

- a) 270 000 EUR.
- b) 272 400 EUR.
- c) 274 000 EUR.
- d) 276 400 EUR.

Questão 36.:

Em setembro de 2019, a empresa P&P Qualidade, Lda. lançou em ordem de produção 1 000 unidades de P6. O Departamento de Controlo de Qualidade, neste período, detetou 36 produtos defeituosos de P6, que não foram possíveis recuperar.

A empresa definiu que os produtos "defeituosos normais" não podem ultrapassar 3% das ordens de produção, e que a empresa consegue vender a 4 EUR cada produto defeituoso, para empresas de reciclagem.

Sabendo que no mês de setembro de 2019 o Custo Industrial dos Produtos Acabados sem defeito ascendeu a 17 352 EUR, o Custo Industrial foi de:

- a) 17 352 EUR.
- b) 17 460 EUR.
- c) 17 496 EUR.
- d) 17 580 EUR.

(A que se refere o art.º 31.º do Estatuto da OCC)

07 março 2020

VERSÃO A



QUESTÕES DE CONTABILIDADE FINANCEIRA

A RESOLUÇÃO EFETUADA COM BASE NO SNC

A RESOLUÇÃO DAS QUESTÕES A SEGUIR APRESENTADAS DEVERÁ, QUANDO FOR O CASO, SER EFETUADA COM BASE NO REGIME GERAL DE SNC (28 NCRFs), A MENOS QUE SE REFIRA O CONTRÁRIO:

Questão 37.:

A empresa CONSIGNERA, Lda. fabrica sapatos de luxo. Em outubro de 2019 entregou, em regime de consignação, e pela primeira vez, 70 pares dos sapatos marca UX na loja do seu cliente Calçadinho, Lda., tendo negociado com o cliente um preço de venda de 490 EUR por cada par de sapatos. A margem bruta praticada pela COSIGNERA, Lda. é de 40% sobre o preço de custo. Até 31 de dezembro de 2019, o cliente Calçadinho, Lda. já vendeu 50 pares daqueles sapatos da marca UX ao preço de 700 EUR por cada par.

Relativamente àqueles sapatos à consignação, no inventário da CONSIGNERA, Lda. reportado a 31 de dezembro de 2019, deve ser incluído o valor de:

- a) 0 EUR.
- b) 7 000 EUR.
- c) 9 800 EUR.
- d) 10 000 EUR.

Questão 38.:

A empresa A detém 60% de B, 70% de C e 30% de D. Por sua vez, B detém 15% de D e C detém 20% de D.

Considerando apenas a informação anterior, a percentagem total de controlo de A sobre D é de:

- a) 23%.
- b)30%.
- c) 53%.
- d)65%.

Questão 39.:

A entidade PTCH, Lda. adquiriu o direito de exploração de uma mina de lítio, pelo período de cinquenta anos, tendo ficado a cargo desta entidade a requalificação da zona envolvente, para reparação de danos ambientais, no final do período de concessão. Estima-se que o dispêndio com a requalificação ascenda a 300 000 EUR, sendo o respetivo valor presente, na data do reconhecimento inicial do direito de exploração, de 140 000 EUR.

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o art.º 31.º

do Estatuto da OCC)

07 março 2020

VERSÃO A



Considerando somente a informação disponibilizada, qual das seguintes afirmações reflete o correto reconhecimento inicial do valor da requalificação:

- a) Reconhecer uma provisão por 140 000 EUR.
- b) Reconhecer uma provisão por 300 000 EUR.
- c) Reconhecer um diferimento por 160 000 EUR.
- d) Reconhecer um acréscimo por 160 000 EUR.

Questão 40.:

No caso de uma entidade efetuar uma transação de venda seguida de uma locação:

- a) A entidade tem sempre de reconhecer o ganho ou a perda associados àquela transação nos resultados do período em que esta ocorre.
- b) A entidade nunca pode reconhecer o ganho ou a perda associados àquela transação nos resultados do período em que esta ocorre.
- c) A entidade deve diferir e amortizar, durante o prazo de vida útil do ativo, qualquer ganho obtido com a transação sempre que esta resultar numa locação financeira.
- d) Nenhuma das anteriores.

Questão 41.:

A Search&Find, Lda. encontra-se a desenvolver estudos conducentes ao lançamento de um novo produto, tendo iniciado os referidos estudos no ano 2018. Os dispêndios incorridos no decurso desse ano ascenderam a 600 000 EUR, os quais incluem 100 000 EUR de custos suportados com empréstimos obtidos especificamente associados a esta fase do projeto. No início de 2019 concluiu-se pela viabilidade técnica e comercial do produto, tendo-se

incorrido, neste ano, em dispêndios que ascenderam a 250 000 EUR, os quais incluem 70 000 EUR relativos a custos de empréstimos obtidos especificamente associados a esta fase de desenvolvimento do projeto.

Tendo por base exclusivamente os aspetos referidos e sabendo que a entidade optou pela capitalização dos custos de empréstimos obtidos, no final do ano 2019:

- a) O custo dos ativos intangíveis reconhecidos é de 850 000 EUR.
- b)O custo dos ativos intangíveis reconhecidos é de 350 000 EUR.
- c) O custo dos ativos intangíveis reconhecidos é de 250 000 EUR.
- d)O custo dos ativos intangíveis reconhecidos é de 180 000 EUR.

(A que se refere o art.º 31.º do Estatuto da OCC)

07 março 2020

VERSÃO A



Questão 42.:

A X-Lib, S.A. opera no setor do retalho e possui um conjunto de lojas espalhadas por todo o país. Recentemente foi adquirida uma loja localizada em Coimbra, tendo sido transferidas, para esta loja, diversas mercadorias no valor de 100 000 EUR, de forma a possibilitar a abertura ao público do referido espaço.

No decurso do primeiro mês de atividade foram efetuadas compras de mercadorias (entregues diretamente na loja de Coimbra) no montante global de 50 000 EUR. Sabe-se, ainda, que neste período foram efetuadas vendas no valor de 80 000 EUR.

A X-Lib, S.A. utiliza o método de retalho como técnica para a mensuração do custo dos inventários, em virtude de ter uma grande quantidade de itens que mudam rapidamente e cujas margens são semelhantes. A margem bruta média definida pela entidade é de 25% das vendas.

Atendendo exclusivamente ao exposto, o custo das mercadorias vendidas a reconhecer pela X-Lib, S.A. deve ser.

- a) 70 000 EUR.
- b)60 000 EUR.
- c) 30 000 EUR.
- d) Nenhum dos anteriores.

Questão 43.:

No dia 7 de setembro de 2019, uma determinada entidade portuguesa prestou um serviço a um cliente sedeado nos Estados Unidos, faturado por 90 000 USD, ficando contratualizado que o recebimento ocorreria em 31 de janeiro do ano seguinte. No entanto, a instabilidade geopolítica originou um conjunto de variações cambiais, conforme seguidamente se demonstra:

- 7 de setembro de 2019 EUR/USD = 1,2
- 31 de dezembro de 2019 EUR/USD = 1,24
- 31 de janeiro de 2020 EUR/USD = 1,25

A quantia a reconhecer na demonstração dos resultados da entidade portuguesa, na data do recebimento, relativa somente às referidas variações cambiais, deverá configurar:

- a) Um rendimento de 3 000 EUR.
- b) Um gasto de 3 000 EUR.
- c) Um rendimento de 580,65 EUR.
- d) Um gasto de 580,65 EUR.

(A que se refere o art.º 31.º do Estatuto da OCC)

07 março 2020

VERSÃO A



QUESTÕES DE MATÉRIAS ESTATUTÁRIAS E DEONTOLÓGICAS

Questão 44.:

O tio do contabilista certificado Manuel Silva faleceu no dia 15 de fevereiro, data limite para a entrega das declarações periódicas do IVA dos sujeitos passivos enquadrados no regime trimestral. Devido à morte do seu tio, o contabilista não entregou as declarações fiscais de um dos seus clientes. Nesta circunstância, o contabilista deve:

- a) Invocar a existência de justo impedimento de curta duração.
- b) Invocar a existência de justo impedimento prolongado.
- c) Enviar, logo que possível, a declaração fiscal e assumir o pagamento da coima que vier a ser aplicada ao cliente.
- d) Enviar a declaração e informar o cliente que terá de efetuar o pagamento da coima.

Questão 45.:

Os contabilistas certificados são obrigados a realizar, no mínimo:

- a) 30 créditos de formação profissional contínua por ano.
- b) 70 créditos por biénio de formação profissional contínua.
- c) A formação profissional que considerem necessária ou adequada.
- d) 35 créditos de formação profissional contínua por ano.

Questão 46.:

O incumprimento do dever de realizar os créditos de formação profissional constitui:

- a) Uma omissão desculpável, desde que o trabalho do contabilista certificado obedeça a elevados padrões de qualidade.
- b) Um impedimento ao exercício da atividade.
- c) Uma infração disciplinar.
- d) Nenhuma das anteriores.

Questão 47.:

João da Silva, recém-licenciado em contabilidade, reprovou no exame de acesso à Ordem dos Contabilistas Certificados. Apesar disso, decidiu iniciar a atividade de prestação de serviços de contabilidade, recorrendo para isso à contratação de um colega já inscrito como contabilista certificado que assumirá a responsabilidade pela regularidade técnica dos seus clientes. Esta atividade:

- a) É lícita e legítima.
- b) É lícita, desde que os contratos de prestação de serviços celebrados com os clientes identifiquem expressamente o contabilista certificado.
- c) É ilícita, porque a execução de contabilidades sob a responsabilidade de contabilistas certificados apenas pode ser outorgada por estes, sociedades profissionais de contabilistas certificados e sociedade de contabilidade.
- d) É lícita, desde que o João se registe como empresário de contabilidade na Ordem.

(A que se refere o art.º 31.º do Estatuto da OCC)

07 março 2020

VERSÃO A



Questão 48.:

No âmbito do Rio de Janeiro *Leaks* verificou-se que o contabilista certificado da sociedade XPTO, S.A. registou, em conluio com um dos seus clientes, faturas falsas. Este comportamento é punido com a pena disciplinar de:

- a) Advertência.
- b) Multa.
- c) Suspensão.
- d) Expulsão.

Questão 49.:

Em resultado de uma inspeção externa realizada à sociedade XPTO pela Direção de Finanças de Faro, a Autoridade Tributária e Aduaneira emitiu uma liquidação adicional de IRC de 200 000 EUR. O contabilista certificado discorda e apresentou uma reclamação graciosa, assinada por si na qualidade de contabilista certificado, enquanto representante do seu cliente. Pode fazê-lo?

- a) A representação de clientes junto da Autoridade Tributária e Aduaneira apenas pode ser feita por advogados.
- b) O contabilista certificado pode apresentar a reclamação graciosa, desde que a questão objeto de discussão seja da sua competência específica.
- c) A representação do cliente apenas pode ser feita relativamente a processos de valor reduzido.
- d) O contabilista pode representar os seus clientes junto de quaisquer entidades públicas ou tribunais.

Questão 50.:

O processo disciplinar é instaurado:

- a) Exclusivamente pelo conselho jurisdicional.
- b) Pelo conselho diretivo.
- c) Pelo conselho jurisdicional, sob proposta do bastonário.
- d) Pelo conselho jurisdicional, sob proposta do conselho diretivo.